

MULHERES, NEGRAS E GESTORAS: PORQUE SIM!

Letícia Godinho e Renata Souza-Seidl
Organizadoras

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro | 2021



10

YONE

GONZAGA

Yone Maria **Gonzaga**
 Ana Paula **Salej**
 Maria Clara **Mendes**

1. Minha origem

Meu nome completo é Yone Maria Gonzaga. As pessoas me chamam de Yone Gonzaga. Nos processos de colonização, uma das coisas que os nossos perderam foram os nomes. Aqui no Brasil viraram: a Maria do fazendeiro X, a Francisca do fazendeiro Y. Apesar dos “nossos nomes” serem os “nossos nomes coloniais”, a gente precisa se afirmar com nome e sobrenome, como dizia Lélia Gonzalez. Então, eu sou Yone Gonzaga, membro de uma grande família negra: pai, mãe e seis filhos, contando comigo.

Meus pais são do interior de Minas. Meu pai, Manoel Raymundo Gonzaga, é da cidade de Curvelo. A minha mãe, Margarida Aparecida Gonzaga, é de uma cidade chamada Rio Espera, perto de Conselheiro Lafaiete. Ambos vieram para Belo Horizonte na adolescência e se conheceram aqui. Minha mãe havia perdido a mãe aos 5 anos de idade. Aos 13, quando perdeu o pai, ela e a minha tia, sua irmã mais velha, resolveram vir para Belo Horizonte trazendo os irmãos. Logo que chegou, minha mãe foi morar na região do bairro Ipanema/Frei Eustáquio, perto da Igreja Dom Bosco. Meu pai também morava mais ou menos na região. Quando foi se casar – casou muito cedo,

aos 17 anos –, ela trabalhava em uma fábrica de pregos e o patrão falou: “olha, quem casa tem que ter casa”. Então, ele a incentivou a comprar um lote na região onde ela já morava. Assim, adquiriu esse lote onde reside até hoje. Eu e todos os meus irmãos nascemos e fomos criados no bairro Ipanema, em Belo Horizonte.

A presença dos meus pais em mim

Minha família é tranquila, de mãe muito próxima, extremamente rígida. Eu entendo o peso de ter que criar bem seis filhos. Tinha um grande medo das filhas engravidarem e dos filhos mexerem com maconha. Falava: “Eu não quero ter filho maconheiro” - isso era pesado na época. Ela insistia: “A gente tem o trabalho e a palavra”. Então, coisas como honestidade, verdade, ser muito sincero no que se fala, minha mãe sempre cobrou muito. Dizia, também, que o estudo era uma possibilidade. A minha mãe trabalhou em várias coisas. Foi doméstica por muito tempo, foi vendedora de verduras, trabalhou em um restaurante. Quando eu já estava no Ensino Fundamental, minha mãe tinha estudado até a terceira série, no interior. Foi só quando eu já estava na juventude que ela voltou a estudar. Na época do meu Ensino Médio, passou em um concurso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para o cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos. Conseguiu ter um emprego público que deu uma melhor sustentação financeira para nossa família. Após ingressar na UFMG, resolveu estudar. Fez o curso de Auxiliar de Enfermagem e depois o curso de Técnico de Enfermagem. Com isso, pode ter uma mobilidade na carreira de técnica administrativa na universidade e, quando se aposentou, ocupava o cargo de Auxiliar de Enfermagem.



Manoel Raymundo Gonzaga e Margarida Aparecida Gonzaga (in memoriam) ao final da graduação da filha Yone Maria Gonzaga.

Crédito: Acervo Pessoal

Meu pai era pedreiro, trabalhava na construção civil. Analfabeto, não tinha essa dimensão formal da escolaridade. Eu digo formal, porque ele sempre foi muito sábio. Lidou com todo mundo, era muito tranquilo de lidar, de conversar com todos. Embora ele não soubesse Durkheim, Marx e tal, ele tinha a leitura e o conhecimento da vida, da oralidade, da tradição. Assim, ele dava conta de transitar em todos os meios. Como diz minha mãe, era muito mais tranquilo com a vida. Isso fez ele ter uma presença diferente na história da gente. Ele faleceu em 2014 e a lembrança que temos dele é de alguém que assobiava, que cantava. Com os netos, então, aí que ele deslanchava com as brincadeiras, as risadas, danças e tal. Com a gente, filho, não era tanto assim. Ele sempre dançou conosco, mas com os netos dançou muito mais. A minha mãe falava: “Na família do seu pai, se cair um garfo vira samba”. Hoje, com mais de 80 anos, minha mãe está adoentada. De vez em quando, para provocar risada dela, eu jogo o garfo no chão. Eu vou todos os dias cuidar dela. Aí eu canto, faço barulho, ponho música. Eu gosto de brincar, de rir e de dançar. Ela fala assim: “Chegou a barulhenta”. Para ela, essa é a dimensão que era do meu pai e não dela. Eu acho que carrego muito da presença dos dois, a seriedade da minha mãe para as coisas que eu pego para fazer e a leveza do meu pai.

Tenho um irmão e uma irmã mais velhos e três irmãos mais novos. Sou a terceira filha. Nossa vizinhança sempre foi bem tranquila e com uma relação muito boa. Como minha mãe era uma pessoa muito rígida, não permitia que a gente fosse para a casa dos vizinhos. Já os vizinhos, podiam ir todos para a nossa casa, então acolhíamos um monte de colegas no quintal para brincar, chupar frutas, coisas assim. Eu tenho muitas lembranças de uma infância materialmente pobre, mas rica de contatos. A gente não tinha televisão em casa. Assistíamos à televisão na casa da vizinha. Era muito interessante. Na casa dela, a sala era muito ampla, a televisão ficava lá no canto da sala apinhada de gente. A vizinhança toda ia para a casa dela.

2. Os estudos

O meu irmão mais velho não se viu muito nos estudos. Ele acabou tendo de ajudar financeiramente a família, pois eram muitos filhos. A minha irmã teve vários problemas de saúde quando pequena. Isso afetou muito as possibilidades dela, só depois de adulta concluiu o Ensino Fundamental. Eu sou a terceira filha, então eu consegui sair desse lugar e ter a possibilidade de estudar.

Lembro-me que ainda, muito pequena eu já pegava as cartilhas da minha irmã, que é um ano e meio mais velha e estava no Ensino Fundamental aprendendo a ler com dificuldades. Eu já lia. Assim, quando ingressei na primeira série, já sabia ler. Recordo-me de as professoras dizerem: “Uai, você já lê!”. Muitas lembranças minhas têm a ver com a escola. Sempre fui muito estudiosa e

me dei bem nas disciplinas, tanto de português quanto de matemática. Queria viajar, sonhava com viagem; sem essa oportunidade, acho que eu viajava pelos livros.

No Ensino Médio, estudei no Imaco¹ e eu era apaixonada por aquela escola que me possibilitava transitar por outros lugares. Lá, eu fiz o curso técnico em Contabilidade. Ao final do 3º ano, eu ia fazer vestibular, mas não tinha muita referência de cursos. Adolescente negra, eu não era estimulada a pensar nesse ingresso em universidade, no curso que iria fazer. Não, eu não tinha esse estímulo e nenhuma referência familiar. Então, quando li o caderno para o vestibular no qual vinha a ementa de cada curso e quais universidades que ofereciam o quê, sabia que na PUC² e outras universidades privadas eu não podia entrar, porque eu não tinha dinheiro; eu teria que entrar na UFMG. Aí, vi que o curso de Letras tinha muitas coisas que eu gostava (sempre gostei de Literatura) e ainda tinha possibilidade de ter aulas à noite (eu tinha que trabalhar, não tinha condição de ficar estudando o dia inteiro). Foi meu primeiro e único vestibular, aos 18 anos, e eu passei.

Em 1981, ingressei na UFMG. Comecei estudando à noite e fui abrindo caminhos. Na universidade, era tudo muito diferente do que eu vivia. Nessa época, tinha o 1º período chamado de “período básico”, que reunia as disciplinas das ciências sociais e a das ciências humanas, e as pessoas desses cursos estudavam na Fafich, na rua Carangola. Para mim, foi muito interessante e desafiador, porque, como eu disse, eu gostava de ler, mas Durkheim, Marx, Weber era um tipo de leitura que eu não tinha. O ciclo básico, com essa mistura, foi um momento de desafio e de nova ampliação de possibilidades. Em seguida, fui para as disciplinas próprias do curso de Letras, o que não era mais tão desafiador, pois eram disciplinas de Literatura, de que eu gostava muito. Eu me saía muito bem nelas. As minhas relações durante a graduação foram bastantes limitadas, já que eu tinha horário a cumprir no trabalho. Não tenho amigas da época de graduação, meu contato com meus colegas se dava quase que estritamente em sala de aula.

Eu sempre quis estudar, fiz a graduação e logo depois a especialização em Gestão de Pessoas, também na UFMG. Mas eu sempre fiz um monte de coisas ao mesmo tempo. Quando eu terminei a graduação, tive atividades profissionais concomitantes. Ocupei o cargo de professora na Educação Básica nas Redes Estadual de Minas Gerais e Rede Municipal de Belo Horizonte) concomitante ao cargo de Assistente em Administração na UFMG. Além disso, aos 33 anos eu me casei. Em 1997, tive meu primeiro filho, Vitor Gonzaga, e o segundo, Tomás Gonzaga, em 2002. Com filhos pequenos, tive que fazer uma opção e deixar uma de minhas atividades profissionais. Mesmo assim, logo ingressei na atividade sindical. Por isso não fiz o mestrado tão rapidamente.

1 Escola municipal, que, na ocasião, ficava dentro do parque municipal; hoje funciona na Rua Gonçalves Dias.

2 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, uma universidade privada.

Mestrado: colaborando para o letramento racial identitário de uma categoria profissional

Em 2006, eu comecei a atuar no Programa Ações Afirmativas na UFMG, que era coordenado pela professora Nilma Lino Gomes. Participei de duas pesquisas coordenadas pela professora Inês Assunção de Castro Teixeira: “Memórias e percursos de estudantes negros e negras na UFMG” e “Memórias e percursos de professores negros e negras na UFMG”. Quando ingressei no mestrado, em 2009, quis pesquisar as memórias e percursos dos trabalhadores técnicos administrativos negros. Se a universidade tem um tripé – docentes, discentes e técnicos – faltava estudar uma dessas bases. Essa foi a minha questão para o mestrado. Fui orientada pela professora Nilma Lino Gomes, que já era uma sumidade na época.

Mas, no meio do caminho, tinham algumas pedras! Não havia informações institucionais sobre pertencimento étnico-racial dos trabalhadores da universidade, então um dos primeiros desafios para minha pesquisa foi construir essa base. Quando fui para o trabalho de campo, uma coisa que apareceu de forma muito intensa foi o questionamento dos trabalhadores brancos. Indagavam porque eu queria dialogar só com os negros. Na universidade, havia outro tipo de discriminação, a discriminação docente-técnico. Infelizmente, o técnico tem um lugar de subcidadania dentro da universidade. Acabei aplicando o questionário para pessoas de todos os pertencimentos raciais. A fala das pessoas brancas, que também se sentiam discriminadas, apareceu com tanta frequência que a professora Nilma disse: “Nós não vamos poder desprezar esse dado, vamos ter que trabalhar com os brancos também”. Assim, minha pesquisa deixou de ser unicamente sobre os trabalhadores negros e passou a ser sobre os trabalhadores técnicos-administrativos³, as relações raciais e a invisibilidade ativamente produzida.

Pensar na categoria técnicos-administrativos era pensar nas relações entre brancos e negros dos mais diversos cargos, nas hierarquias, na invisibilidade ativamente produzida, tanto para os brancos quanto para os negros. Lembra da máxima: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”? Os técnicos tinham que obedecer. Mas havia ainda uma diferença nesse processo, os técnicos negros eram muito mais discriminados. Além de serem técnicos, eram negros. Acho que esse processo foi interessante, porque muitos trabalhadores se reconheceram na minha pesquisa. O sindicato se apropriou muito dessa categoria da invisibilidade e do meu texto para pensar e ampliar o seu próprio posicionamento em relação às políticas afirmativas. Gosto muito desse meu trabalho porque, de certo modo, foi uma forma de letramento racial-identitário de uma categoria profissional de trabalhadores. As pessoas falavam da forma como eram tratadas pelos docentes,

³ Esse é o nome da categoria profissional estudada.

mas quando eu consegui categorizar essa forma de discriminação, passamos a trabalhar isso, a pensar nas políticas afirmativas. Acho que o meu trabalho deu subsídios para esse movimento.

Doutorado: refletindo sobre a gestão da diversidade étnico racial

Eu finalizei o mestrado em 2011. Em 2012, participei da seleção para o doutorado, que comecei em 2013 com o objetivo de pensar a gestão da diversidade étnico-racial na UFMG. Meu interesse era saber se a gestão da universidade mudou com a presença de um maior número de estudantes negros. De novo, a questão do racismo institucional acabou aparecendo muito fortemente no doutorado. A gente vai observar que a universidade não se prepara para dar conta dessa presença negra, ela reage à presença dos estudantes negros. Os estudantes negros têm uma demanda maior por políticas de permanência. Então, a universidade “corre atrás” e provê determinadas coisas. Com isso, quero dizer, que ela não se programa para atender as demandas desses corpos, porque não foi pensada para receber esses sujeitos. Por exemplo, é mais comum entre os estudantes negros que logo ao começar precisem e precisa ter acesso imediato ao vale para almoçar. A universidade foi pensada por brancos para atender brancos.

Uma outra observação sobre a questão das cotas é que assim como a universidade não se programa para atender os estudantes, também não se programa para formar seus trabalhadores (docentes e técnicos) para atuar profissionalmente com esses sujeitos que chegam na instituição. Uma coisa é você falar sobre a negritude, outra coisa é você falar com competência técnica sobre as relações étnicos raciais no Brasil, porque as pessoas acham que podem falar qualquer coisa sobre a questão racial, que não precisa se formar. A universidade pactua com esse pensamento ao não preparar político-afirmativamente os seus trabalhadores para lidar com a questão racial.

O desafio de estar em um lugar que os meus não acessaram

Na minha família, tanto paterna quanto materna, nós somos muitos primos. Na minha geração, fui a primeira pessoa a ingressar na universidade. A primeira a fazer graduação, a tirar carteira de motorista, a entrar na pós-graduação, a primeira, primeira, primeira! Isso acaba sendo uma marca que eu carrego, para bem e para o mal.

Minhas conquistas eram vitórias para meus pais, mas também para a família. Quando me formei no Ensino Médio, o Imaco tinha a colação de grau e uma missa de formatura. Lembro da família toda lá. Pelo menos um de cada família foi para a minha formatura. Na graduação, da mesma forma. No mestrado e no doutorado, o núcleo familiar mais próximo estava lá junto comigo. Para minha família, sempre foi motivo de muita alegria ver uma filha, sobrinha chegar nesse lugar de doutora. Papai falava assim: “Minha filha vai ser doutora”, mas ele infelizmente já tinha falecido quando defendi minha tese de doutorado em 2017. A minha mãe esteve em todos esses momentos.

Como ela trabalhava na UFMG, era comum ter pessoas falando que os filhos haviam entrado na universidade. Para ela, era um orgulho responder que a filha também tinha conquistado esse espaço.

Algumas pessoas na família, às vezes, não entendem o tanto que eu insisto para buscarem na educação uma possibilidade diferente. As primas da minha geração se casaram com 18, 20 anos. Aos 40, já estavam todas sendo avós. Tiveram filhos muito novas e as filhas tiveram a mesma trajetória das mães. Não quero dizer que a maternidade não seja uma coisa bacana, mas eu penso que é preciso se estruturar para ser mãe, para ser pai. Ter um emprego, uma profissão, ter o mínimo para oferecer para a criança. À medida que eu ia colocando isso para as minhas primas e depois para as filhas das minhas primas, nem todos entendiam. Não compreendiam a necessidade de construção de outras possibilidades para as mulheres. Minha irmã e meus irmãos não fizeram um curso superior, então sempre foi um desafio de estar em um lugar que os meus não acessaram. Eu tinha que conseguir dar conta da gramática da universidade, do vocabulário e todas as possibilidades que estar na universidade oferecem e, ao mesmo tempo, eu não poderia esquecer de onde vinha. É por isso que brinco que é para o bem e para o mal, porque isso exige muito de mim até hoje. Há uma outra coisa, ser doutora: são poucas as mulheres doutoras, poucas mulheres negras doutoras. Eu estou entre as poucas mulheres negras doutoras, lidar com isso é um permanente desafio.

3. Trajetória profissional

Aos 9 anos, eu já ajudava minha mãe. Ela tinha uma barracinha de vender legumes e verduras e eu ficava nessa barraca. A gente achava que tinha obrigação de ajudar. Sempre assumi a responsabilidade educacional dos meus irmãos mais novos. Minha mãe trabalhava, não tinha como ir às reuniões de escola, então eu ia, ensinava o dever de casa, levava ao pediatra e para tomar vacina. São lembranças de uma infância de muita responsabilidade.

Quando eu estava no Ensino Médio, minha mãe ainda trabalhava em um restaurante. Estagiei na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), no setor responsável pelo Código de Posturas. Da PBH fui trabalhar em um escritório de contabilidade, onde fiquei até iniciar a universidade.

Na época em que comecei o Ensino Superior, passei no concurso da UFMG para o cargo de técnico-administrativo. Fui designada para atuar no Hospital das Clínicas da UFMG. Quando terminei a graduação, tornei-me professora da Educação Básica. Mantive o trabalho concomitante ao da universidade por 12 anos. Ao ter o meu primeiro filho, saí da educação básica. Meu salário nessa atividade era menor, então eu tive que fazer uma opção, e optei por continuar na universidade.

Na UFMG, ao sair do Hospital das Clínicas, eu fui para a Pró-Reitoria de Recursos Humanos assessorar a Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA). Trabalhei lá por dois anos e fui em seguida para a Divisão de Recursos Humanos, que era a área central de recursos humanos (RH) da universidade. Fiquei por vários anos e cheguei a ser coordenadora da área de avaliação por um período. Por fim, fui coordenar a área de gestão de pessoas da Faculdade de Odontologia. Nos 14 anos em que fiquei, fui chefe. Como os cargos que ocupei na universidade eram administrativos, eles não eram vistos com relevância dentro da universidade. Lá, os cargos vão sendo ocupados pela pessoa que executa bem suas funções. Acho que por isso cheguei a esses cargos.

Eu ampliei minha atividade sindical no início dos anos 2000. Fui coordenadora de políticas sociais do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (Sindifes/BH) por algum tempo. Quando entrei na universidade, o plano de carreira dos trabalhadores técnicos era da década de 1980. O processo de discussão do plano de carreiras na universidade vinha sendo gestado ao longo de décadas. Com a chegada do Lula ao governo, a aprovação de um novo plano de carreiras se tornou uma coisa mais palpável. Em 2005, foi formada uma Comissão Nacional para discutir o novo plano e eu integrei essa comissão, ia a Brasília e participava dos congressos da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra)⁴. Na UFMG também havia uma comissão que discutia o plano de carreira dos trabalhadores técnicos da universidade e eu fui eleita pelos trabalhadores técnicos para representá-los. Atuei como subcoordenadora dessa comissão. Quando meu nome saía no boletim da universidade, minha mãe gostava, comentavam com ela: “eu vi o nome da sua filha”, a filha da Margarida.

Eu trabalhei também como docente em cursos de extensão da universidade. Fui professora no curso de Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola⁵, no curso de Formação de Tutores do Juventude Vida e em cursos de capacitação promovidos pela PRORH⁶, nesse último caso atuei por muito tempo como professora formadora na área de Português Instrumental para os trabalhadores técnico-administrativos. A experiência docente nos cursos de extensão e de capacitação da universidade também foi muito interessante. Agora eu sou professora contratada na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso), onde oriento estudantes de Mestrado do Curso *Estado, Gobierno y Políticas Públicas*.

4 O ano de 2004 foi de grande mobilização e vitórias para a Federação. Depois de uma greve que durou aproximadamente 90 dias, a categoria conquistou o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos das Ifes - Instituições Federais de Ensino Superior, instituído pela Lei nº 11.091/2005.

5 Um projeto da Uniafro em parceria com as universidades.

6 A Pró-reitoria de Recursos Humanos da UFMG oferece aos trabalhadores uma série de formações.

Em 2016, fui liberada pela Faculdade de Odontologia para assumir o cargo de Superintendente de Políticas Afirmativas na Subsecretaria de Promoção da Igualdade Racial (SUPIR), da Secretaria de Direitos Humanos, Participação e Cidadania do Estado de Minas Gerais (Sedpac), onde fiquei até o final do mandato do governador Fernando Pimentel. Voltei para a UFMG e logo me aposentei em 2019.

Hoje eu tenho uma microempresa de consultoria de relações étnicas, raciais e gênero. O trabalho com formação de gestores tem sido uma das nossas atividades. O meu desejo de trabalhar com gestores e gestoras é justamente para produzir uma mudança institucional. Por isso tenho me especializado muito nessa área. Ela tem aspectos do conhecimento técnico, da relação política, da relação dialógica com os vários movimentos sociais. Alguns gestores ficam engessados em suas salas produzindo as legislações e orientações, sem desenvolver o diálogo com o seu entorno.

A atividade de docência na educação básica, um período de muito aprendizado

Logo que me graduei, passei em um concurso da rede de ensino estadual e fui trabalhar em uma escola pequena no bairro de Venda Nova, E.E. Professora Maria Coutinho, que estava iniciando o processo de ampliação. Atuei lá como professora de português, por seis anos. Acompanhei a criação da quinta, sexta, sétima e oitava séries do primeiro grau dos alunos daquela época. Nessa região da periferia de Belo Horizonte, as famílias tinham migrado de outras cidades do interior. As crianças vinham de Santa Luzia, Sete Lagoas, da região metropolitana; para eles, estar em Venda Nova fazia diferença. Era uma ascensão: “eu sai lá de Santa Luzia e agora estou aqui em Venda Nova”. Então, os estudantes e as estudantes tinham uma referência extremamente positiva em relação à escola em Belo Horizonte.

Nessa escola as famílias estabeleceram uma relação muito próxima e como nessa região não havia muitas possibilidades de lazer, aos sábados, na escola, jogavam vôlei, futebol. Tivemos um casal de professores que deram práticas agrícolas e eles fizeram uma horta. Assim, além de ir para brincar nos pátios da escola, nos sábados os alunos também regavam essa horta. Assim foi se criando uma aproximação, fortalecendo vínculos e a rede de proteção da escola. Hoje, a gente observa violências, invasões em escolas. Nos anos em que eu trabalhei lá, não havia essa história de depredação da escola. A comunidade, como participante da escola, via esse como um espaço de possibilidades.

Também foi aí que comecei a introduzir a questão étnica racial nas minhas aulas de Português, trabalhando com alguns textos e músicas. Ainda não havia uma legislação sobre a inserção do tema nos currículos, mas eu já o inseria em um trabalho bastante articulado com a professora de

Geografia e o professor de História, porque havia aprendido na militância no movimento negro essa necessidade. Outra coisa interessante é que alguns estudantes nunca tinham ido ao centro de Belo Horizonte. Fizemos excursão ao campus da UFMG, já que eu também trabalhava na universidade. Os levei para ver os prédios, conhecer a reitoria e entender o que era, conhecer a faculdade de Letras, onde eu tinha estudado, e a biblioteca. Essa experiência de conhecer outro espaço, outra possibilidade, nunca tinha acontecido na minha vivência como estudante, por isso sempre pensei em proporcionar isso para meus alunos.

Eu fiz outro concurso para rede municipal de Belo Horizonte, onde trabalhei por cinco, seis anos. Em uma escola na região noroeste, Escola Municipal Padre Edeimar Massote. Nesse período eu encontrei um grupo de professores que já tinham uma ação mais voltada para a relação étnico-racial, um pensamento mais aberto para educação. Era um grupo mais da esquerda de uma militância política. Nossa escola era referência na prefeitura de Belo Horizonte. Vários professores depois dali foram ser formadores no Centro de Aperfeiçoamento de Professores da rede municipal. Considero que aí pude aperfeiçoar minhas atividades na docência, porque eu já tinha passado por um letramento na escola estadual. Ao sairmos da faculdade encontramos uma gramática do cotidiano, da sala de aula, que a gente não aprende, que o dia-a-dia vai nos ensinar. Nessa escola a experiência foi muito mais proveitosa, no sentido da percepção do que eu poderia fazer, como dialogar com outras instâncias educacionais fora da escola, como o teatro, o cinema, a rede de bibliotecas. Essa escola possibilitava tudo isso e, como professora de Português, eu me apropriava dessas possibilidades. Assim, os 12 anos na educação básica foram um período de muita aprendizagem.

O desafio da gestão na Faculdade de Odontologia

A Faculdade de Odontologia funcionava na Cidade Jardim e nos anos 2000 foi transferida para o Campus Pampulha. Quando eu cheguei, fui bem acolhida pelos meus colegas técnicos, muitos já me conheciam por causa da atuação sindical, mas tive uma rejeição muito grande dos docentes. Além disso, a presença de pessoas brancas em lugares de mando era muito maior. Estavam acostumados a fazer as coisas do jeito que eles queriam. Na gestão de pessoal, uma parte grande das atividades eram normatizadas e muitos não gostavam, achavam que eu que queria mandar e não que aquela era a norma. A leitura que eu fazia desse comportamento era que, como eram em sua maioria homens, brancos e ricos, sempre mandaram. De repente, chega uma mulher, negra e pobre para mandar.

A pessoa que me antecedeu tinha um olhar mais cartorial – abrir o processo, encaminhar, preencher o formulário. Eu queria olhar para além dos processos, por exemplo, dar atenção para as pessoas que estavam insatisfeitas em determinados setores. Resolver essas outras questões era prioritário para mim. O plano de carreira era muito recente e falava sobre a possibilidade de os técnicos também terem melhoria salarial quando fizessem cursos. Então eu tinha muito interesse em possibilitar que os técnicos fizessem os cursos. De certa forma, esse meu interesse quebrou uma lógica que existia na unidade, pois os técnicos chegavam lá às 8 horas da manhã e trabalhavam até 5 horas da tarde para atender às necessidades dos alunos e docentes. A partir do momento que esses técnicos passaram a sair para fazer um curso no RH central ou na faculdade, ficou evidente que os docentes não estavam acostumados a dialogar com os técnicos e compreender que eles tinham direitos. Esse início foi desafiador. Depois, as pessoas foram aprendendo que há uma lei que fala dessas possibilidades para os técnicos e das responsabilidades profissionais. Consegui ir mostrando que, à medida que o técnico aprendia mais, dava melhor retorno no trabalho que desenvolvia.

Acho que, por isso, ao sair da Odontologia, muitos docentes falaram “vou sentir muito sua falta”. Eu já tinha conseguido uma organização do trabalho e uma compreensão da inserção dos trabalhadores como participantes do que se produzia na Odontologia. Eu sempre dizia que Odontologia não pode só tratar de dente, ela é uma unidade vinculada à saúde. Ter essa compreensão maior, de que a pessoa não é só boca, mas um todo, faz parte de uma coisa mais ampla, a saúde, o SUS. Houve gente que foi fazer graduação na Odontologia, Serviço Social, cursos de Gestão em Saúde, entre outros, a partir desse diálogo que eu vinha promovendo sobre as possibilidades que o plano de carreira oferecia e do que era a Odontologia no contexto da universidade.

Compreendendo o funcionamento de uma outra máquina pública

Eu fui indicada para o cargo de Superintendente de Políticas Afirmativas na Subsecretaria de Igualdade Racial (Subir), da Secretaria de Direitos Humanos, Participação e Cidadania do Estado de Minas Gerais (Sedpac) quando essa secretaria foi criada, na gestão do governador Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores (PT). A secretaria era coordenada por Nilmário Miranda. Havia o desejo de que a subsecretaria fizesse articulação com a esfera federal que era coordenada pela professora Nilma Lino Gomes, Ministra da Seppir.

Costumo dizer que o desafio da secretaria era de duas ordens. A primeira era compreender o funcionamento dessa máquina pública muito diferente. Como superintendente de políticas afirmativas, eu tinha que dar respostas, tinha que pensar políticas para atender aos segmentos tendo como premissa a gestão étnico-racial, já que nós trabalhávamos não só com negros, mas também com indígenas, ciganos, comunidades tradicionais, ribeirinhos. Pensar possibilidades

de políticas para todos esses segmentos era um desafio, porque até então eu não conhecia o funcionamento da máquina administrativa estatal do poder executivo. Para isso, precisei correr atrás de outros conhecimentos, leituras e de pessoas para pensar projetos, pensar a relação com a Assembleia Legislativa, a relação entre secretarias. Nossa política de promoção da igualdade racial era uma política transversal e intersetorial. Compreender isso e perceber onde e com quem poderíamos dialogar para efetivar uma política de promoção da igualdade racial foi um desafio.

A segunda ordem de desafios estava relacionada ao racismo institucional. Até então, não havia uma subsecretaria ou uma superintendência que tivesse a política de promoção da igualdade racial pensada como política pública. Quando dizíamos: “eu sou da Secretaria de Direitos Humanos”, as pessoas tinham uma noção, ainda que vaga; mas quando falávamos: “eu sou da Subsecretaria de Igualdade Racial”, a pessoa já torcia o nariz. Vinham com aqueles discursos construídos de igualdade, em uma lógica de exclusão das diferenças, como se todo mundo fosse igual e não precisássemos de uma subsecretaria específica para negro. Além disso, as pessoas não compreendem a questão racial para vários sujeitos, elas só pensam no negro e na negra.

Os desafios colocados pelo racismo institucional foram muito intensos. Fazer as pessoas entenderem que nós precisamos de uma política afirmativa porque ela trabalha na lógica da reparação, na lógica da garantia dos direitos humanos, que esses sujeitos são humanos e que indicadores sociais mostram a desigualdade a que essas populações estão sujeitas. Esse discurso precisava ser reiterado inúmeras vezes durante o dia.

Além disso, a nossa articulação ela se dava internamente dentro da secretaria. Então compreender o que se dava dentro de outra secretaria, por exemplo, quais os recursos e as políticas aquela secretaria já tinha e que poderiam ser transversalizados pela questão da igualdade racial, não era fácil. Para isso, nós criamos o Fórum Intergovernamental de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, convidamos todas as secretarias para participar expondo seu objetivo. Assim, fomos localizando em que lugar havia políticas já desenhadas em que a gente poderia atuar para promover a igualdade racial. Por exemplo, uma secretaria tinha um programa que trabalhava com hortas comunitárias, aí mostrávamos que em um quilombo havia uma hortinha que poderia ser potencializada ampliando as possibilidades de consumo próprio, mas também as possibilidades econômicas daquele coletivo – isso é fazer uma política afirmativa. Ter essa leitura, conseguir sensibilizar quem estava em outra secretaria de que aquele quilombola é um sujeito de direito, e que o investimento em uma política afirmativa ali traria retornos significativos tanto para esse sujeito como para o Estado era desafiador e muito interessante e me possibilitou ir conhecendo a estrutura por dentro.

Foram muitos aprendizados. Em algumas secretarias tivemos muitos retornos de gestores que diziam: “nunca fomos indagados/orientados a pensar dessa forma”, a pensar sobre esses sujeitos a partir dessa lógica. A política pública muitas vezes é pensada no território: “o território x tem um número maior de pobres, então temos que ter cisternas na política de saneamento, para esse pessoal”. Nunca pensavam naqueles sujeitos como sujeitos negros ou como sujeitos negros empobrecidos por causa de passado histórico de escravização, de colonização. Por que tem mais territórios quilombolas no norte de Minas? Esses sujeitos saíram dos litorais e adentraram o território para que pudessem ter possibilidades de vida. Pensar isso histórica e politicamente foi algo novo.



Um projeto da Subir que eu gostaria de destacar é o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, no qual trabalhamos com Rede Minas, Copasa, Cemig, BDMG e Codemig, na esfera estadual, e os Correios, da esfera federal. Foi muito interessante quando fomos conversar no BDMG. Uma das coisas que a gente afirmava era necessidade de ter condições diferenciadas de financiamento para esses grupos que constituem um coletivo mais empobrecido da nossa realidade mineira. Sendo o BDMG um banco que pensa no desenvolvimento, era importante agregar esses sujeitos e considerar suas especificidades. A primeira vez que falamos isso o pessoal arregalou olhos, como se dissessem: “Que coisa é essa? Quem é essa louca?”.

Outro caso interessante no BDMG é que contávamos com uma equipe muito bacana de parcerias dentro do programa. Ao falarmos do projeto de estágio que era oferecido para a PUC e para a UFMG, alertamos que, como as

Em homenagem aos 70 anos de Sueli Carneiro, filósofa, ativista do Movimento Negro Brasileiro e do Movimento de Mulheres Negras. Junho de 2020.

Crédito: Acervo Pessoal

instituições de ensino em que o programa divulgado eram as melhores, o grupo de estagiários era muito homogêneo, jovens brancos e brancas. Insistimos: se o banco é de desenvolvimento, ele tem que ter uma política afirmativa. Aí eles abriram a possibilidade de inscrição para outras faculdades. Em um dos debates que fizemos sobre política afirmativa, uma moça negra que morava em Ribeirão das Neves e fazia o curso de Administração em uma faculdade particular, contou que quando viu a chamada de inscrição para o estágio nunca tinha pensado na possibilidade de atuar no BDMG. Antes de se inscrever, pensou mil vezes, aí foi conversar com uma professora que falou: “inscreva-se, o não você já tem, você pode ter o sim”. E ela teve o sim. Negra, de Ribeirão das Neves, em uma faculdade pequena, em que ela tinha entrado graças à bolsa que conseguiu pelo Prouni. Essa moça já adulta tinha uma filhinha que deixava com a mãe para poder trabalhar e pagar os estudos, entre outras coisas. Ela contou que ser estagiária no BDMG possibilitou ter uma remuneração melhor, assim poder pagar uma pessoa para ficar com a bebezinha um período e não sobrecarregar a mãe. As políticas afirmativas alteram a engrenagem e saber que essas alterações na engrenagem também são resultado de seu trabalho e esforço é muito legal.

Por fim, estar na secretaria me possibilitou conhecer os quilombos fora da região metropolitana de Belo Horizonte – os territórios indígenas, os ciganos e assim saber e falar de uma realidade que vai muito além do que se ouve.

4. Reflexões

Minha construção identitária

Minha construção identitária já vem desde sempre. Por tudo que o racismo produziu, discriminação e medo, na minha casa a minha mãe falava: “vocês são pessoas negras, têm que saber aonde vão, com quem vão, porque com as pessoas negras o peso [da violência policial] é maior”. Ela nos orientou, principalmente os meus irmãos, homens negros. Assim, a gente sempre se entendeu negro. A militância foi me ajudando a compreender politicamente essa forma de estar no mundo. Não porque eu fosse pior, mas porque havia a pressão do racismo, havia uma hierarquização.

Eu só fui fazer uma leitura racial de como a sociedade nos tratava de forma diferente na juventude. Na minha época, quem se destacava em Matemática era o tal da escola. Eu era esse destaque em Matemática. Na minha turma de primeira a quarta série tinha um menino que também era excelente em todas as disciplinas, mas ele tinha uma coisa diferente, a mãe dele era professora. Minha mãe tinha estudado no interior, não tinha tido oportunidades educacionais. Assim, no dia da entrega do diploma na quarta série, ele recebeu uma medalha de honra ao mérito e eu estranhei eu não ter recebido uma medalha também; as notas dele eram iguais as minhas, senti não ter recebido. Minha foto da quarta série com o diploma não foi com a minha professora. Eu tirei foto

com uma professora da terceira série, que era uma pessoa que sempre me valorizava. Essas coisas são marcantes. Eu só fui perceber esse fato como uma questão racial, como uma discriminação sofrida por estudantes negros, a partir da militância no movimento social e depois, enquanto pesquisadora, quando fui investigar as várias violências raciais sofridas pelas crianças negras na escola.

Eu descobri o movimento negro, na adolescência. A bibliotecária do colégio onde eu estudava sempre me via lendo, eu ia muito à biblioteca, um dia ela me perguntou: “por que você não entra para o grupo de jovens?”. Assim, comecei a participar do grupo de jovens na igreja católica. Em um dos encontros de formação, um dos formadores falou de um grupo de consciência negra, fiquei interessada em saber. Ele era seminarista, deixou o telefone para a gente ligar para ele, mas só podia ligar em um determinado horário. Aí eu ligava naquele horário, de ficha, as fichas caíam e eu não conseguia conversar direito. Ele então me convidou para uma reunião. Eu fui a essa reunião e partir daí a outras, assim comecei a participar do Grupo de União e Consciência Negra (Grucon). Um grupo que tinha expressão em nível nacional. Ele era organizado em 13 estados do Brasil e se articulava muito com o Movimento Negro Unificado (MNU), participei de muitas atividades conjuntas em Belo Horizonte. Isso me possibilitou conhecimento político, ampliação de horizontes – tive inclusive a possibilidade de viajar. Conheci de fato o movimento negro em torno dos 22. Essa militância também abriu portas para mim. Hoje, faço parte da Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais. Iniciamos em 2015 organizando a marcha nacional. Em 2018, realizamos a Marcha das Mulheres Negras. A marcha é manifestação de um processo contínuo de reflexão e articulação.

A cosmovisão africana

Com a militância também tive um contato maior com as religiões de matriz africana. Minha mãe era católica, então fomos criados na igreja católica. Sei que meu avô, pai do meu pai, era católico, vicentino e teve um terreiro de umbanda. Mas minha mãe não permitia que fôssemos à casa do meu avô nessas ocasiões. Meu avô era muito conhecido no bairro, lá sempre fomos os netos do José Júlio. No meu bairro tinha Congado e a gente conhecia todo mundo, mas não participava. Quando saíam pelas ruas, passavam pela nossa porta. Na militância conheci a Comunidade dos Arturos, com que tenho uma afinidade muito grande, uma amizade. Lá fui Rainha Festeira em 2007.

Aprendi que para as religiões de matriz africana não há essa cisão das coisas, tudo é uma construção. São vários os caminhos. Muita gente fala que não entende uma pessoa que vai, por exemplo, no Congado e vai também no Candomblé. Isso é possível porque as religiões de matriz africana não são uma caixinha fechada, você pode ter a possibilidade de ser isso e aquilo. A cosmovisão africana te possibilita isso. Como tudo é construção e há vários deuses você não precisa ficar limitado a um espaço ou a uma religião.

Inserção da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos

Eu gosto de pensar que a Lei 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade da inserção de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos como resultado da luta da militância negra. Quando a gente pensa o Teatro Experimental do Negro, nos damos conta que Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos já falavam da necessidade de trazer os elementos culturais das africanidades para as escolas. Os movimentos negros foram gestando essas possibilidades. Eu tenho uma carta em minha casa, de 1989, agendando uma reunião do movimento negro para discutir a questão racial na educação. A gente já pensava em educação étnico-racial, embora não nomeasse assim. O movimento negro questionava a ausência dos negros nos livros didáticos e nas disciplinas.

A lei é fundamental, mas as diretrizes curriculares precisam também ser conhecidas. Conhecer as diretrizes e como aplicá-las em todos os níveis de ensino é fundamental. A lei tem potencialidades que precisam ser mais exploradas. Obviamente que se implementada de fato negras e negros terão um fortalecimento, porque suas matrizes serão valorizadas. Infelizmente, ela não tem sido implementada como precisaria e tem vários discursos que justificam isso. Tem professores que falam até hoje: “Não sei o que fazer para implementar”. Por que não agem como no caso de outras legislações, onde são proativos? O que está por trás dessa passividade? Tem professor que fala assim: “Eu não trabalho a lei, porque não tenho material”. Não preciso criar um material, eu preciso ser crítico ao material que tem na sala de aula. Isso de não saber ou de não ter material para implementação da lei faz parte do discurso racista.

Quando meus filhos estavam na educação básica, os professores muitas vezes dialogavam de uma forma muito caricatural ou só falavam sobre o negro na cultura, na dança, na música e no futebol. Não mostravam a verdade, o negro construiu nosso país. Os meus filhos já sabiam disso, mas nem todo o mundo tem essa oportunidade de ter uma mãe que dialoga com eles sobre a questão.

Na primeira infância, meus filhos estudaram em escolas municipais. Mesmo antes da aprovação da lei, a rede municipal já tinha um núcleo de formação étnico-racial. Na PBH, essa disputa já estava posta na Secretaria Municipal de Educação. Patrícia Santana, Maria do Carmo Galdino, Fátima Gomes, Mara Evaristo e sua irmã Macaé Evaristo formavam um núcleo de pessoas que pensavam as relações sociais na educação, que também eram da militância. Uma das primeiras coisas que esse núcleo propôs e a prefeitura encampou foi a elaboração de um *kit* literário. Nesse *kit* eram colocados livros escritos por pessoas negras ou que trouxessem a temática étnico-racial. Assim, meus filhos tiveram a oportunidade de fazer essas leituras, assim como outras crianças que estavam na rede municipal na época.

A luta pelas políticas afirmativas (cotas) na universidade

Eu fui uma das pessoas que lutou pelas cotas. Participei da Marcha Zumbi dos Palmares em 1995, de passeatas em Belo Horizonte, da mobilização dentro da UFMG. A universidade não implementou cotas enquanto não virou lei. A nossa luta na universidade foi muito intensa, mas o racismo institucional fez com que a universidade não fizesse essa opção. Quem me sensibilizou e me politizou para a defesa das cotas também foi o movimento negro, não foi a universidade. Foi no movimento negro que eu comecei a compreender a ausência de corpos negros na universidade, nesse lugar da produção do conhecimento. Comecei a trabalhar muito cedo na universidade e em uma unidade da UFMG que tinha muitos negros, o Hospital das Clínicas. Mas ali os negros ocupavam, e ainda hoje ocupam, lugares determinados: atividades da infraestrutura, do restaurante, do serviço de nutrição, de lavadeira, do serviço de enfermagem e outros. Quero dizer: há uma massa de profissionais negros, mas quem os comandam, em geral, são profissionais brancos. Essa leitura racial de lugares ocupacionais, eu comecei a fazer no movimento negro.

Quando o debate de cotas veio trazido pelos movimentos sociais, logo comecei a fazer esse debate também na universidade. Já compreendia que os trabalhadores negros da universidade estavam em trabalhos mais precarizados dentro do organograma institucional. Percebia a ausência de professoras e professores negros, uma cisão evidente entre estudantes e professores brancos e técnicos negros. Isso fez também com que eu me engajassem nos diálogos pela aprovação das cotas.

No final de 2008, a UFMG aprovou a política de bônus, eu participei desse debate. Em seguida integrei a Comissão de Acompanhamento da Inclusão Social (Cais), durante todo o tempo que ela existiu. A universidade criou uma política de inclusão social, não uma política de cotas. É inegável que a partir da lei 12.711/2012⁷, houve uma inserção muito maior de estudantes negros na universidade, em que pese ela ser uma lei social. Gosto de dar esse destaque, porque muitas vezes, as pessoas esquecem que essa é uma lei de cotas sociais. A nossa demanda enquanto movimento negro era por cotas raciais, cotas para estudantes negros. Na lei em vigor, os negros são beneficiados em uma segunda ou terceira instância, têm que ser negros e pobres, ao passo que a proposta de cotas raciais era pensada para uma reparação histórica, seria para negros, independente de recorte social.

7 A lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. As instituições federais de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, o percentual mínimo de 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. No preenchimento destas vagas, 50% deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita e também preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência (BRASIL, Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012).

Como já disse, há uma entrada muito maior de estudantes negras e negros, mas esses estudantes se deparam com o racismo institucional. Ainda é grande a ausência de temas voltados para a questão racial nos cursos. A leitura que eu faço hoje é que, apesar de termos as disciplinas de literatura portuguesa e literatura brasileira, as questões raciais não estavam presentes na minha graduação. Cruz e Sousa, Machado de Assis e tantos outros não eram destacados como autores negros ou autoras negras.

A ausência dos conhecimentos negros nos currículos ainda persiste. Desde 2003, temos a lei 10.639/2003, que fala da obrigatoriedade da inserção de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos e, no entanto, a universidade, que é uma instituição formadora de profissionais continua sem essa referência. Em algumas áreas, há um pouco mais dessa inserção temática, mas em outras não. Por exemplo, na graduação da Faculdade de Educação, onde fiz o mestrado e o doutorado, ainda não há uma disciplina específica de história da cultura africana e afro-brasileira.

A academia e a militância

Eu geralmente indago a forma com a questão da militância é apresentada pela academia. Acho que há um desejo de hierarquizar conhecimentos, distinguindo conhecimento e prática, conhecimento e saber. Entendo que a academia usa dessa forma dicotômica para hierarquizar. Gosto muito do livro *O Movimento Negro Educador*, da professora Nilma Lino Gomes. Nele ela fala muito dessa possibilidade de educação e de reeducação que os movimentos negros trazem para a sociedade brasileira. Não só para o campo acadêmico, mas para a sociedade.

Tanto no mestrado como no doutorado fui perguntada nas bancas se os temas que eu trazia não estavam unicamente relacionados à minha militância. Quando eu entrei para o mestrado, eu queria falar sobre os trabalhadores técnicos, eu era do sindicato, a militância estava ali, mas a militância faz parte da minha vida. Não tem como dissociar a Yone militante e a pesquisadora. Porque a Yone pesquisadora se construiu também a partir dessa militância; foi a militância que ampliou concepções, percepções, valores, em uma instância política e que me deu os conhecimentos que eu tenho para indagar inclusive a academia. Penso que a militância e a resistência por nós mulheres negras periféricas nos ajuda ter um olhar diferenciado na gestão e na sala de aula. Não tenho como fugir da minha corporeidade, da minha ancestralidade, isso está presente em mim.

O racismo na gestão pública

Em todos os lugares a questão racial é uma barreira. Essa coisa de ser chamada de “criolo”, de “macaco”, acontece com todos os negros e as negras. Vivemos em uma sociedade que é racista e que nega o racismo. Essa estória de que no Brasil o racismo é velado é discurso; ele é escancaradíssimo! Por exemplo, eu, uma mulher negra, quando chegava na secretaria, só podia ser da pasta da

igualdade racial. Não pensavam que eu estava lá por competência técnica, mas sim porque era filiada a partido. As pessoas também estranhavam muitíssimo quando eu falava que eu fazia doutorado, algumas pessoas levavam um susto: “o quê, você faz doutorado?”. Conheci mulheres brancas que estavam superintendentes há 14, 15 anos, uma vida construída como Superintendentes; mas que não entendiam quase nada sobre o funcionamento da secretaria em que estavam lotadas. Eu sabia da necessidade de pensar a política, a transversalidade, a intersetorialidade; mas como isso se efetiva no cotidiano, eu fui dialogar. Ao falar disso com essas Superintendentes, elas retrucavam: “Nossa, nunca pensei nisso”. Nunca foi exigido delas pensar nisso, porque eram mulheres brancas, loiras, olho azul.

O cabelo e a cor da pele são uma marca

Nessa coisa de cabelo, eu passei por tudo! Na infância, a nossa mãe trançava os nossos cabelos. Eu ia para a escola com o cabelo trançado. Lembro que os meninos puxavam minhas tranças. Quando entramos na adolescência tem aquela coisa de ficar bonita, sair à noite e precisamos ficar com o cabelo apresentável. Esse “apresentável” era o cabelo alisado. Então minha mãe alisava nosso cabelo. Hoje eu entendo que era uma estratégia dela, para deixar as filhas apresentáveis aos olhos da sociedade racista. Eu sempre tive aversão por essas coisas. Sábado era o dia da tortura, a gente tinha que arrumar a casa de manhã, fazer as atividades, para de tarde ir para o salão para arrumar – alisar – o cabelo e poder sair para dançar a noite. Tinha pelo menos a dança. Eu alisei meu cabelo até os 22, 23 anos.

Quando fui para militância descobri que meu cabelo crespo, meu cabelo afro, era também uma ferramenta de apresentação dessa minha identidade. Encontrei algumas pessoas que já estavam no processo das tranças, aí migrei para elas. Lembro-me que quando eu comecei a trançar o cabelo, na minha família falavam: “nossa que cabelo é esse?”. Usei o cabelo trançadinho em um coquinho por muito tempo. A militância passou por outro momento de corte de cabelo, quadradinho, e também cortei o cabelo assim. Depois, assumi meu cabelo crespo e solto. O cabelo alto, *black*, foi mais desafiador. O *black* faz parte da composição da beleza negra, mas é um processo doloroso, porque a gente é o tempo inteiro estigmatizada, discriminada e violentada por causa do cabelo.

Os olhares falam muito. Por exemplo, ao chegar e me apresentar como Superintendente, havia pessoas que me olhavam de cima a baixo várias vezes. Falavam: “Ah, Superintendente!”. Eu me perguntava: “Ah, por quê? Já sei, não precisa dizer, o olhar já disse”. Uma das coisas que marcam na gestão é a questão da corporeidade negra. Se você pensar em mulheres negras na gestão, vai ver algumas pardas. Quando a pessoa é parda, ainda tem um grau de passibilidade. Comigo não tem isso, eu sou preta. E com uma gestora preta, é outra coisa. Quando a gente chega e falam “essa é a

Superintendente”, o pessoal olha de cima em baixo, olha a cor e olha o cabelo. Não tem jeito, esses dois marcadores eles estão presentes o tempo inteiro.

Éramos cinco mulheres negras, de pele preta, na Subsecretaria de Igualdade Racial. Na Subsecretaria de Políticas para as Mulheres tinham outras quatro. Duas colegas usavam *dread*. As vezes coincidia das demais irem de cabelo solto e as pessoas ao passar pelos corredores do nosso andar, na Cidade Administrativa, olhavam. Superintendente, negra e com o cabelo *black* é muita transgressão para as mentes colonizadas. É um modelo que destoa da ideia concebida de gestora: cabelo liso, salto alto, maquiagem. A gente tinha um outro perfil. Esse nosso perfil foi um processo de ensinamento para as pessoas brancas, de que mulher negra também pode ser gestora.

No Programa Equidade de Gênero e Raça, tivemos vários diálogos durante os períodos em que se discutia a elaboração de políticas para as mulheres. Eu falava com uma colega que atuava com gênero da necessidade de articular gênero e raça. Essa articulação enfrenta desafios o tempo inteiro. Eu, enquanto uma mulher, uma sujeita afirmada como negra, que me posiciono, acabo sendo assustadora para algumas pessoas.

Sobretudo nesse ano eleitoral, é importante pensar a mulher negra e o espaço de poder. Algumas mulheres assumem esses espaços que a gente chama de poder, mas na realidade elas assumem um espaço que até então era interdito às mulheres negras por causa do racismo, mas não necessariamente esses espaços são espaços de poder. A professora Nilma ocupou a Secretaria da Presidência de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), depois o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. A Benedita da Silva vereadora, vice-governadora, governadora, senadora, deputada estadual e deputada federal, a primeira mulher que ocupa esses espaços todos. Gente, é muito pouco! Temos algumas na vereança, muito poucas deputadas aqui em Minas. Na esfera federal, pouquíssimas.

Na gestão pública, as mulheres assumem geralmente aquelas secretarias que são mais voltadas para trabalhar com coletividades, quer dizer, só a esfera de cuidado acaba sendo destinada às mulheres – a Assistência Social, a Educação e algumas vezes a Saúde. São poucas as mulheres que assumem Secretaria de Planejamento, de Economia, essas são áreas tidas como mais masculinas. A gente precisa compreender que, em geral, esses lugares de poder ocupado pelas negras têm um poder muito limitado. São espaços com poucos recursos e o poder está muito ligado à questão econômica, ao orçamento. Os espaços ocupados representavam avanços? Sim! Mas nessa trajetória de mulheres negras a gente ainda precisa indagar que tipo de poder a gente tem.

O letramento racial é fundamental

O letramento racial e a formação de gestores são fundamentais. Há dificuldade de compreender que negro pode falar de outras coisas que não só a questão racial. Quando eu estou falando de questão racial, estou falando da vida, então estou falando de tudo. Quando falo que os negros e as negras têm os piores indicadores sociais, estou falando de economia. Se falo que os negros e negras não foram trazidos da África, eles foram traficados da África, eu falo uma questão histórica e política. Os negros são partícipes da construção da nação brasileira. Para mim, a reeducação para as relações étnico-raciais é um compromisso ético e político, fundamental para que a gente consiga compreender a necessidade das políticas afirmativas enquanto uma política reparatória.

Quando eu trabalhava na Subsecretaria, participamos da disciplina Projeto Aplicado com a professora Aparecida Shikida, na Fundação João Pinheiro. Falávamos muito com os estudantes sobre a necessidade deles se tornarem gestores capazes de ler a pauta racial como uma questão estrutural. Pensar nesses sujeitos como sujeitos de direitos. É muito bacana a potencialidade que essas reflexões tiveram e tem. Tomara que elas deem conta de hoje estar dentro da gestão e pensar isso. Também participei do debate das cotas na FJP.

Na nossa consultoria, eu e uma outra amiga parceira temos trabalhado a discussão do papel das pessoas brancas na questão racial. O racismo foi produzido por pessoas brancas, a construção social e política do racismo é branca. A questão da atuação antirracista passa pelo branco perceber as dimensões raciais, perceber os privilégios brancos, perceber que ele tem que estar nessa luta, porque os seus antepassados estiveram no processo de criação de tudo. As pessoas brancas têm que se haver com os processos de desconstrução e de enfrentamento do racismo e pensar políticas, pois o racismo estrutural impede o funcionamento da sociedade, tanto para branco quanto para negro. O racismo é ruim para todo mundo.

Criar filhos homens e criar filhos homens negros

A conciliação da maternidade e do trabalho foi até tranquila para mim, diante de tantas experiências que eu vejo por aí. Mas só foi tranquila, porque eu sempre tive um suporte muito grande da minha família. Meu filho mais velho e minha sobrinha nasceram com meses de diferença, eram os primeiros netos, primeiros sobrinhos, então houve uma presença intensa da minha mãe e da minha irmã. Depois vieram os outros e a presença também foi muito afetiva. Eu tive muitas mulheres no entorno ajudando nesse processo de educar. A educação dos meus filhos se deve muito a essa presença da minha irmã; ela não tem filhos, mas os meus filhos são meio filhos dela.

Na criação dos meus filhos, destaco duas dimensões. A primeira, de criar filhos homens; e a segunda, de criar filhos homens negros. Criar filhos homens exige da mulher, o esforço de não

reproduzir processos machistas. Eu tenho uma boa referência da minha mãe, ela falava com meus irmãos: “O que você não quer para você, não queira para os outros”. Também falava com meus irmãos: “O que você não quer que aconteça com suas irmãs e suas primas, não faça com a filha dos outros”. E eu tento dizer isso para meus filhos. Passar para eles a importância do respeito e do diálogo. Outra coisa é criar filhos homens negros. Aí há a dimensão do racismo estrutural, que o tempo inteiro abala as mães de meninos negros. Quando você fala dessa presença do racismo, da hierarquização das relações, sinto que esse processo de educar filhos negros é a coisa mais perversa para as mulheres negras. O racismo mostra para ela o tempo inteiro que ele é um jovem negro. Que o cabelo dele é um símbolo, um alvo. Meu filho tem a pele-alvo. Alvo da discriminação, dos olhares, da violência policial, da interpretação. Se ele estiver correndo, pode ser suspeito, pode ser parado, a bala pode feri-lo. Para as mães negras, não tem coisa que dói mais. Criar um filho, homem ou mulher, uma pessoa negra nesta sociedade racista é violentíssimo.

É ter que falar com seu filho: “não sai sem documento”, “se a polícia te parar, fala baixo”, “me fala tudo o que vocês vão fazer”, “não levante os braços”. Meu filho tem quase dois metros de altura, usa *dread*, é afirmadíssimo, tem um discurso político na ponta da língua. É meu filho e filho do pai que ele tem, que são duas pessoas politizadas, militantes. Falar para ele: “Se te pararem fica calado” é uma violência, e mais uma violência comigo, com a história que eu construí.

O grande desafio para as mulheres negras

Acho que o grande desafio para as mulheres negras é ter a possibilidade de viver com dignidade. Ainda tem uma maioria de mulheres negras que não tem o que comer, que não chegam à escola ou que são agredidas, porque são negras. A trajetória educacional é interrompida, e isso vai refletir na sua saúde psíquica, emocional. Vai refletir nas possibilidades de trabalho. O grande desafio que os racismos nos impõem cotidianamente.

Falam que as nossas vidas negras importam. Elas precisam importar em todas as dimensões, principalmente na possibilidade da gente poder viver como ser humano. Quando se fala das dimensões dos direitos humanos, o primeiro é o direito à vida, que tem sido negado cotidianamente. São várias as formas de nos matar, nos matar pelo silenciamento, pelo apagamento de nossas histórias, pelo descrédito das nossas palavras.

5. Pensando nas minhas construções



Palestrando sobre a importância da inclusão da diversidade racial nas empresas. Programa Pró Equidade Gênero e Raça desenvolvido quando atuava como Superintendente de Políticas Afirmativas na Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Sebrae/MG, 2017.

Crédito: Acervo Pessoal

A gente não para e pensa nas construções que vai fazendo. Vai fazendo, mas não tem tempo para ter isso tudo organizado, sintetizado, refletido. As urgências da vida não dão tempo para a gente refletir. Sempre que eu fiz algo, não pensava em deixar legado.

A educação sempre esteve presente na minha vida, foi o que me construiu. Eu acho que sou lembrada como uma professora, embora não tenha chegado a ser professora em uma universidade federal, mas alguns estudantes me veem nesse lugar.

Eu gostaria de ser lembrada como alguém que esteve no processo de luta, de construção histórica, social e política para que as pessoas negras tivessem oportunidades. Penso na luta pelas cotas, na luta por moradia, na luta por representação política... na luta pelas cotas que eu fiz na UFMG, tanto na graduação como na pós-graduação; depois na luta pelas cotas na Fundação João Pinheiro. Eram coisas que apareceram no cenário para mim e que eu fui fazendo, porque achava importante, necessário, estratégico. Hoje, ao olhar isso de fora, pode-se pensar assim: “é um baita de um avanço”. O que significa para a Fundação João Pinheiro ter estudantes negros? Penso na sementinha, nas conversas com os alunos na disciplina da Aparecida Shikida. Hoje tem uma disciplina formal. São coisas que a gente foi semeando e vai vendo alguns frutinhas agora.

11 ELIANE DIAS

Eliane Dias
Rosânia Sousa
Sérgio Luiz Felix da Silva

1. Minhas Origens

Sou Eliane Dias, nascida em Corinto, interior de Minas Gerais. Corinto é uma cidade que foi muito conhecida na época da Rede Federal Ferroviária Sociedade Anônima (RFFSA), antes de sua privatização. Corinto era uma cidade rica, não somente por esses trabalhos com a ferrovia, mas também por causa da exploração do cristal. O quartzo branco, que apesar de mais escasso devido a alta exploração, ainda é uma fonte de renda que alimenta muitos na cidade. Eu venho dessa cidade que tem um povo muito acolhedor e criativo. Minha família é negra, ex-moradora da roça, da Roça do Brejo distrito de Curvelo, somos pessoas simples. Meu pai foi vaqueiro; minha mãe lavadeira, doméstica, cozinheira e também cuidava e utilizava das pequenas plantações para alimentar a família. Saímos da roça e fomos morar em Corinto, que permanece com seus quase 25 mil habitantes.

Por mais que a cidade tenha maioria negra, o poder está concentrado na mão dos brancos, na mão dos homens. Não tem essa discussão de pauta racial e, com isso, a gente vai ficando ali naquele lugar de subalternidade,